

SUMÁRIO

Capítulo I – RECLAMAÇÃO TRABALHISTA: A PETIÇÃO INICIAL 33

1.1	Observações acerca da petição inicial da reclamação trabalhista ...	33
1.1.1	Mais objetividade.....	33
1.1.2	A destacar na petição inicial: procedimentos ordinário e sumaríssimo	38
1.1.3	Reclamação sujeita ao procedimento ordinário	39
1.1.4	Reclamação sujeita ao rito sumaríssimo – Lei nº 9.957/2000	46
1.1.5	Acerca do rito sumário.....	47
1.1.6	Documentos importantes a serem apresentados com a inicial.....	48
1.1.7	Inépcia da inicial: pedidos líquidos e desnecessidade de planilha de cálculos.....	48
1.1.8	Aditamento à inicial – até quando pode ser feito	59
1.1.9	A desistência da reclamação ou de algum pedido: até quando pode ocorrer sem depender da anuência do reclamado	64
1.1.10	Breves linhas sobre o <i>jus postulandi</i>	68

Capítulo II – ACERCA DA DEFESA DO RECLAMADO 71

2.1	A apresentação de documentos no PJE	71
2.2	Do interstício mínimo para a preparação da defesa.....	74
2.2.1	O prazo para apresentação da contestação oral e da contestação escrita.....	75
2.3	Sigilo e segredo de justiça – Diferenças.....	76
2.3.1	Sigilo na resposta do réu e seus documentos	78

2.4	Sobre a exceção.....	79
2.4.1	Procedimento do incidente de exceção.....	79
2.4.2	Acerca da suspeição do juiz – na CLT.....	80
2.4.2.1	Impedimentos do juiz – no CPC.....	81
2.4.2.2	Suspeição do juiz – no CPC.....	82
2.4.2.3	Do procedimento da exceção de suspeição ou de impedimento.....	83
2.4.3	Sobre a exceção de incompetência relativa – em razão do lugar.....	83
2.4.3.1	Exceção de incompetência relativa – CLT re- formada.....	105
2.5	Acerca da contestação.....	108
2.5.1	A contestação.....	108
2.5.2	Contestação e defesa processual.....	109
2.5.3	Importante: alegação de compensação e dedução.....	125
2.5.4	Estrutura formal de uma contestação.....	127
2.5.5	Contestação – preliminar – indeferimento da gratuidade de Justiça à parte reclamante.....	136
2.5.6	Contestação – Defesa de mérito e precedentes vincu- lantes do TST.....	143
2.6	A reconvenção.....	168
2.6.1	O que é a reconvenção?.....	168
2.6.2	Acerca da reconvenção – legislação.....	169

Capítulo III – DA AUDIÊNCIA..... 173

3.1	Audiência – Horários e atrasos.....	173
3.2	Do comparecimento das partes em audiência.....	176
3.3	Representação do empregador: carta de preposição – preposto.....	177
3.4	Do não comparecimento dos litigantes na audiência.....	182
3.4.1	Do arquivamento da ação – Lei 13.467/17.....	193
3.4.1.1	Do arquivamento da reclamação.....	193
3.4.2	Mitigação dos efeitos da revelia e novos efeitos da presença do advogado na audiência – Lei 13.467/17 – Reforma Trabalhista.....	199

3.4.3	Ausência da reclamada na audiência, revelia e confissão e ônus da prova no tocante à existência de relação de emprego e à jornada de trabalho	201
3.5	A audiência una e o seu fracionamento	205
3.6	O fracionamento da audiência. Art. 849 da CLT	205
3.7	Ausência das partes por motivo relevante.....	207
3.8	Cuidados com o pedido de adiamento da audiência.....	208
3.9	A importância da conciliação: uma mudança de paradigma.....	210
3.9.1	O princípio da conciliação.....	210
3.9.2	Quiz da conciliação	214
3.9.3	Observações importantes	218
3.9.3.1	A homologação do acordo constitui uma faculdade do juiz.....	218
3.9.3.2	Acordo – Incidência ou não de contribuição previdenciária	219
3.9.3.3	Possibilidades de negociação e o que pode ser objeto do acordo e de quitação.....	221
3.9.3.4	Acordo com quitação geral do extinto contrato de trabalho.....	222
3.10	Técnicas de conciliação.....	224
3.10.1	Técnica do silêncio	224
3.10.2	Audição da proposta implícita	225
3.10.3	Evitar o enfoque prospectivo	225
3.10.4	Inversão de papéis (empatia/validação).....	225
3.10.5	Bode na sala	226
3.10.6	Preposto sem autonomia (falso preposto).....	227
3.10.7	Beliscada	228
3.10.8	Não se impressionar com os ultimatos.....	229
3.10.9	Cuidado: o advogado <i>ex adverso</i> não é um inimigo.....	230
3.10.10	A busca pelo acordo, mesmo que parcial	230
3.10.11	Organização de questões e interesses.....	231
3.10.12	Compromisso e coerência	231
3.10.13	A política judiciária nacional de tratamento adequado das disputas de interesses no âmbito da justiça do trabalho: CONAPROC, NUPEMEC e CEJUSC	232

3.10.13.1	Mediação Pré-processual	243
3.10.13.2	O Código de Ética de Conciliadores e Media- dores Judiciais.....	244
3.10.13.3	O Portal da Conciliação	246
3.11	Homologação de acordo extrajudicial.....	247
3.12	A Irrecorribilidade do termo de conciliação judicial.....	256
3.13	Das provas em audiência.....	256
3.13.1	A distribuição do ônus da prova.....	257
3.13.1.1	A distribuição estática do ônus da prova.....	259
3.13.1.2	A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	262
3.13.1.3	Não dependem de prova	265
3.14	Acerca da instrução processual.....	269
3.14.1	O interrogatório e a CLT.....	269
3.14.2	O depoimento das partes e o CPC.....	272
3.14.3	Da prova testemunhal.....	275
3.14.3.1	O comparecimento de testemunhas à audi- ência	277
3.14.3.2	A testemunha que não comparece à audiên- cia.....	278
3.14.3.3	Do depoimento da testemunha	278
3.14.3.4	Sobre a contradita de testemunha – e a sub- sidiariedade do CPC.....	279
3.14.3.5	Quem não pode depor como testemunha, segundo o CPC/2015.....	279
3.14.4	Contradita de testemunha e preclusão.....	287
3.14.5	A inquirição das testemunhas	294
3.14.6	A testemunha, o compromisso de dizer a verdade e a multa prevista na CLT	297
3.14.7	Acerca da prova emprestada	300
3.14.8	Depoimentos e a postura dos advogados.....	305
3.14.9	O indeferimento de prova em audiência e o efeito antipreclusivo do protesto em face dessa decisão	306
3.15	Técnicas de interrogatório.....	311
3.15.1	O interrogatório das partes.....	311
3.15.2	Condutas para uma atuação eficiente em audiência.....	313

3.15.3	Perguntas a serem evitadas no interrogatório e/ou no contrainterrogatório.....	315
3.16	A audiência e a distribuição do ônus da prova: questionário de verificação prática.....	316
3.17	Da prova documental.....	335
3.17.1	Documentos trabalhistas típicos e a presunção relativa de verdade de seu conteúdo	337
3.17.2	Da oportunidade de juntada de prova documental.....	340
3.17.2.1	Prova documental – Pedidos baseados em CCT ou ACT	342
3.17.3	Da (i)lícitude da prova documental – gravação de con- versas.....	345
3.17.4	Da prova digital	347
3.17.4.1	A nova sociedade hiperconectada e a prova digital	347
3.17.4.2	A prova digital e o seu respaldo legal.....	351
3.17.4.3	Prova digital: pressupostos para o reconhe- cimento da sua validade e utilidade	355
3.17.4.4	Prova digital: meios de obtenção em fontes abertas e fontes fechadas	364
3.17.4.5	Prova digital - Geolocalização.....	365
3.17.4.6	Prova digital - Prints de WhatsApp e a (im) prescindibilidade da ata notarial	379
3.17.4.7	Prova digital – O ônus de provar a sua inte- gridade e autenticidade.....	393
3.17.4.8	Prova digital – A sua utilização na fase de execução. Fontes abertas e fontes de acesso restrito e pesquisa patrimonial.....	394
3.17.5	Videomonitoramento do ambiente de trabalho – revis- tas em pertences do empregado.....	396
3.17.6	Monitoramento de correio eletrônico.....	399
3.18	A prova pericial (CLT).....	401
3.18.1	A prova pericial no CPC.....	404
3.18.2	Perícia e revelia.....	406
3.18.3	O laudo pericial e o livre convencimento do juiz.....	407
3.18.4	A prova técnica simplificada: novidade do CPC 2015.....	409

3.18.5	Honorários periciais – Lei nº 13.467/2017	410
3.18.6	O cadastramento de peritos para atuação na Justiça do Trabalho	414
3.19	Do trabalho do perito em casos envolvendo acidente de trabalho e doença ocupacional.....	419
3.20	Sobre a inspeção judicial	433
3.21	Acerca das audiências Telepresenciais.....	434
3.21.1	A Covid-19 e a natureza essencial da atividade jurisdicional	434
3.21.2	Videoconferências em audiências.....	435
3.21.3	Normativos do CNJ relativos às audiências telepresenciais	435
3.21.4	Preparativos para a realização da audiência telepresencial.....	441
3.21.5	Cuidados do(a) secretário(a) de audiência para o uso da sala de audiência telepresencial.....	441
3.21.6	Da orientação às partes e procuradores quanto ao fornecimento de contatos	442
3.21.7	Oitiva da testemunha – cuidados	443
3.21.8	Da audiência de conciliação sem a presença das partes	443
3.21.9	Do ingresso das partes e advogados na sala virtual de audiência.....	443
3.21.10	Da gravação da audiência e da necessidade de ata	444
3.21.11	Falha durante a transmissão da audiência virtual.....	444
3.21.12	A gravação da audiência telepresencial poderá ser descartada	444
3.21.13	Solicitação de audiência visando conciliação.....	444
3.21.14	Cartas precatórias.....	444
3.21.15	Da vestimenta adequada	445
3.21.16	Da oscilação do sinal de internet e da dificuldade com o uso da tecnologia	445
3.21.17	Da instrução processual e da garantia de incomunicabilidade de partes e de testemunhas.....	446
3.21.18	A prova técnica simplificada telepresencial	447

3.21.19	Da publicidade da audiência por videoconferência – Aca- dêmicos de direito e terceiros podem assisti-la	447
3.22	Honorários advocatícios sucumbenciais.....	447
Capítulo IV – RAZÕES FINAIS E SUA UTILIDADE		457
Capítulo V – ACERCA DA ÚLTIMA PROPOSTA DE CONCILIAÇÃO ..		459
Capítulo VI – SOBRE VERBAS RESCISÓRIAS E SUA APURAÇÃO....		463
6.1	Aviso prévio.....	463
6.1.1	Aviso prévio – prazo para a sua concessão. Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço	463
6.1.2	Aviso prévio indenizado	466
6.1.3	Efeitos do aviso prévio no contrato	466
6.1.4	A ocorrência de infração trabalhista no curso do aviso prévio trabalhado. Justa Causa e Rescisão indireta.....	469
6.1.5	Verbas rescisórias de natureza indenizatória não devidas no caso de justa causa.....	470
6.1.6	Falta patronal no curso do aviso – rescisão indireta	472
6.1.7	Verbas rescisórias devidas na rescisão indireta – justa causa patronal.....	473
6.1.8	Apuração do aviso prévio	473
6.2	Apuração do 13º salário.....	474
6.3	Apuração de férias, com 1/3	475
6.4	Apuração do FGTS e multa de 40%.....	478
6.5	Apuração das horas extras	481
Capítulo VII – REFORMA TRABALHISTA – LEI Nº 13.467/2017 – SUBSÍDIOS DE DIREITO MATERIAL PARA UMA ATUAÇÃO EFI- CIENTE EM AUDIÊNCIA.....		485
7.1	Não é mais obrigatória a assistência sindical ou do ministério do trabalho para homologação de pedido de demissão ou recibo de quitação de rescisão	486
7.2	Férias: possibilidade de fracionamento	486

7.3	As férias não mais poderão ter início na véspera de feriados e do repouso semanal	487
7.4	Foi unificado o prazo para o empregador pagar a rescisão contratual.....	488
7.5	Foi autorizada a terceirização ampla, tanto da atividade-meio, quanto da atividade-fim da empresa.....	488
7.6	Mulheres trabalhadoras – acabou o intervalo obrigatório de descanso (15 min) antes de iniciar o cumprimento de horas extras.....	492
7.7	Gestantes e lactantes passaram a poder trabalhar em ambiente e atividades de insalubridade média e mínima	493
7.8	Os horários dos descansos para amamentação poderão ser definidos em acordo individual entre patrão e empregado.....	496
7.9	Algumas parcelas pagas ao empregado não mais integram a remuneração e nem gerarão reflexos em outras verbas contratuais	497
7.10	Ficou mais difícil o empregado conseguir equiparação salarial com um colega da mesma empresa.....	500
7.11	Não é mais necessário firmar convenção coletiva ou acordo coletivo para a adoção do regime de trabalho 12 x 36.....	503
7.12	O intervalo para repouso e alimentação no trabalho na escala 12 x 36 poderá ser indenizado ao invés de usufruído.....	504
7.13	Escala 12 x 36 – o pagamento pelo intervalo suprimido não mais refletirá nas outras verbas contratuais.....	506
7.14	Escala 12 x 36 – a remuneração ajustada para quem trabalhar na escala 12 x 36 já contempla os domingos e feriados trabalhados	507
7.15	Escala 12 x 36 e o trabalho insalubre – dispensa de autorização do Ministério do Trabalho	507
7.16	A escala 12 x 36 e o fim da remuneração da hora noturna prorrogada.....	508
7.17	Escala 12 x 36 – a prestação de horas extras habituais não mais descaracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas	509

7.18	Horas <i>in itinere</i> ou horas de percurso não configuram tempo à disposição do empregador	511
7.19	As horas <i>in itinere</i> e o acidente de trabalho de percurso.....	512
7.20	Intervalo intrajornada parcialmente usufruído e o direito limitado ao pagamento do tempo de intervalo restante	514
7.21	A reparação do dano extrapatrimonial e sua parametrização – ADI 6.050, 6.082 e 6.069.....	515
7.22	O direito de imagem do empregado e o uso de uniforme com logomarca dos parceiros comerciais do empregador ou dos produtos deste.....	524
7.23	Teletrabalho e horas extras	524
7.23.1	Teletrabalho: previsão contratual como requisito para a sua adoção.....	529
7.24	Férias: fracionamento – empregados menores e os maiores de 50 anos	529
7.25	A reforma trabalhista e a duração de convenção coletiva limitada a dois anos – vedação à ultratividade	529
7.26	Interrupção da prescrição apenas pelo ajuizamento de RT – OJ 392 da SDI 1-TST	531
7.27	A possibilidade de pactuação de cláusula compromissória de arbitragem – mitigação da atuação da justiça do trabalho.....	532
7.28	Plano de demissão voluntária (PDV) em CCT ou ACT – adesão e quitação plena	533
7.29	O termo de quitação anual de obrigações trabalhistas, perante o sindicato dos empregados da categoria, com eficácia liberatória.....	533
7.30	O autônomo com exclusividade e vinculado de forma contínua ao contratante sem ser empregado	534
7.31	O contrato de trabalho intermitente	535
7.32	A contagem de prazos processuais.....	540
7.33	O arquivamento da reclamação e a sua renovação: embaraço ao acesso à jurisdição.....	542
7.34	O abrandamento dos efeitos da revelia para o reclamado cujo advogado compareça à audiência munido de defesa.....	545
7.35	Até quando a reclamada poderá apresentar a sua defesa no processo judicial eletrônico – PJE?	546

7.36	Da desistência da reclamação no PJE.....	547
7.37	A Reforma trabalhista e a terceirização.....	551
7.37.1	Terceirização e quarentena	556
7.37.2	Da responsabilidade do contratante de serviço terceirizado no tocante às obrigações trabalhistas em sentido restrito	557
7.37.3	Terceirização e responsabilidade civil	558
7.38	A reforma trabalhista e o valor máximo a ser recolhido a título de custas processuais	559
7.39	Homologação de acordo extrajudicial e seu procedimento.....	560
7.40	O depósito recursal em conta vinculada ao juízo	562
7.41	O depósito recursal pela metade ou dispensado – inovação trazida pela reforma trabalhista	564
7.42	Sobre os honorários periciais provisórios	565
7.43	Honorários periciais definitivos a serem pagos ao perito da justiça.....	566
7.44	A reforma estabeleceu hipóteses que não podem ser configuradas como tempo à disposição do empregador	567
7.45	Equiparação salarial e discriminação por motivo de sexo ou etnia – previsão de multa.....	568
7.46	Pagamento rescisório – época própria – e possibilidade de pagamento via depósito bancário.....	569
7.47	Extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador (art. 484-A)	570
7.48	Reforma trabalhista – a prevalência do convencionado sobre o legislado	571
7.49	A majoração da multa por empregado sem anotação em CTPS (Art. 47).....	575
7.50	Valor do gravame de hora extra – atualização para 50% conforme CF – (art. 59, § 1º).....	575
7.51	O cálculo das horas extras nos regimes 12 x 36, 12 x 24, 12 x 48, 24 x 24 e 24 x 48	576
7.52	A lei da liberdade econômica e as alterações no tocante a registro de jornada de trabalho	581
7.53	Sobre assédio moral e assédio sexual no trabalho.....	583

7.53.1	Assédio moral – conceito	584
7.53.2	Tipos de assédio moral	586
7.53.2.1	Assédio moral interpessoal.....	586
7.53.2.1.1	Assédio moral vertical descendente, assédio moral horizontal, assédio moral vertical ascendente e assédio moral misto	588
7.53.2.2	Assédio moral organizacional ou institucional	589
7.53.3	Assédio moral no trabalho – iniciativa	593
7.53.4	Os propósitos do assediador	593
7.53.5	O processo de assédio moral: elementos componentes e característicos	593
7.53.6	Assédio moral – vítimas mais frequentes.....	593
7.53.7	Condutas tipificadoras de assédio moral – as mais comuns	595
7.53.8	Assédio sexual – conceito.....	597
7.53.8.1	Assédio sexual por chantagem (ou por intercâmbio)	597
7.53.8.2	Assédio sexual ambiental (ou por intimidação)	598
7.53.8.3	Evidências de assédio sexual ambiental	598
7.53.9	Assédio moral e sexual – principais consequências	599
7.53.10	Provas do assédio.....	603
7.53.11	Efeitos jurídicos dos assédios moral e sexual no trabalho	603
7.53.12	Efeitos jurídicos quando o assédio é praticado por outro empregado e não pelo empregador.....	604
7.53.13	Assédio moral e assédio sexual – tipificação penal	604
7.53.14	Assédio moral no serviço público é considerado improbidade	605
7.53.15	Assédio moral e sexual no âmbito da advocacia.....	607
7.53.16	A responsabilidade civil do assediador, o tabelamento do dano moral e o dano em ricochete.....	608
7.53.17	Assédio moral e assédio sexual. Condutas a serem adotadas pela vítima e pelas pessoas que presenciam essas práticas abusivas	615

Capítulo VIII – A FASE DE EXECUÇÃO E O EFETIVO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA	621
8.1 Reclamação trabalhista e pedidos líquidos – sentença líquida – considerável vantagem para a rápida execução da sentença.....	622
8.2 Limitação ao impulso oficial – execução de sentença.....	622
8.3 A aplicação da prescrição intercorrente no processo do trabalho	625
8.4 Liquidação da sentença – vista obrigatória às partes, para impugnação fundamentada da conta de liquidação.....	626
8.4.1 A atualização monetária dos débitos trabalhistas. Índice aplicável.	629
8.5 O rito da execução – a reforma trabalhista, a suposta modernidade e a eficiência do procedimento	636
8.6 Reforma trabalhista – penhora – inovações acerca da garantia do juízo	638
8.7 Reforma trabalhista – a inclusão do nome do devedor em cadastro de devedores – anotações no BNDT – protesto – SERASAJUD	638
8.8 Reforma trabalhista – responsabilidades do sócio que se retira da sociedade – a reforma e a maior segurança jurídica.....	640
8.9 Reforma trabalhista – dificuldades para a caracterização do grupo econômico e restrição das medidas executivas.....	641
8.10 A reforma trabalhista e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no CPC.....	642
8.10.1 O IDPJ e a Lei da Liberdade Econômica	644
8.11 Sucessão de empregadores e as responsabilidades das empresas sucessora e sucedida	653
8.12 Ações visando a penhora de bens do devedor – ferramentas que auxiliam na identificação do patrimônio dos devedores e na sua apreensão.....	655
PESQUISA PATRIMONIAL.....	656
BACENJUD/SISBAJUD	657
RENAJUD	660
INFOJUD	664
SIMBA	667
CCS	668

CNIB	669
PENHORA <i>ON-LINE</i>	673
PREVJUD	673
CAGED	674
CENSEC	674
SISCOAF.....	675
INFOSEG.....	676
ANAC	677
SNCR	677
SERASAJUD	678
FACEBOOK, INSTAGRAM E LINKEDIN	680
GOOGLE E IZITO	680
<i>SITE</i> DE BUSCA DE PROCESSOS JUDICIAIS.....	681
QSA - IDPJ	682
IDENTIFICAÇÃO DE FILIAIS DA EXECUTADA.....	683
PORTAIS DA TRANSPARÊNCIA.....	686
COMPROT.....	687
SERP-JUD	688
PROJETO GARIMPO: Tratamento Adequado dos Depósitos Ju- diciais em Processos Arquivados Definitivamente	688
8.13 EXECUÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA – OUTRAS MEDI- DAS EFICAZES À ENTREGA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL	692
8.13.1 A remoção imediata do bem móvel penhorado.....	695
8.13.2 Penhora no rosto dos autos de ações movidas pelo executado em outros ramos da jurisdição	696
8.13.3 Adjudicação antecipada.....	696
8.13.4 Penhora de bem de família suntuoso	697
8.13.5 Penhora de bem de família na execução de condenação decorrente de responsabilidade civil	697
8.13.6 Penhora de salários, de proventos de aposentadoria e de caderneta de poupança no CPC de 2015	698
8.13.7 Medidas indutivas, coercitivas e mandamentais atípi- cas – retenção de passaporte, de CNH, de cartões de crédito e outras privações.....	702
8.13.8 A reforma trabalhista e a execução de honorários de sucumbência	708

8.13.9	Execução individual da decisão genérica proferida nos autos da ação coletiva.....	712
8.13.10	Acerca da possibilidade de parcelamento da dívida – art. 916 do CPC.....	718
8.13.11	Centralização das execuções contra os grandes devedores – REEF e PEPT	726
	8.13.11.1 Plano Especial de Pagamento Trabalhista – PEPT	727
	8.13.11.2 Regime Especial de Execução Forçada – REEF	730
8.14	Execução direcionada à devedora subsidiária e a desnecessidade de exaurimento de todos os atos executivos em face da devedora principal.....	733
8.15	Execução em face de empresa de terceirização de serviço e a impossibilidade de bloqueio de seu crédito junto ao ente público tomador do serviço	736
8.16	Breves anotações acerca dos embargos à execução	740
	8.16.1 Embargos do devedor – Matérias argúveis ...	742
	8.16.2 Embargos do devedor e Impugnação do credor – Recurso a ser usado para atacar a sentença.....	743

Capítulo IX – OUTROS IMPORTANTES SUBSÍDIOS RELATIVOS AO DIREITO PROCESSUAL E AO DIREITO MATERIAL DO TRABALHO. 747

9.1.	ACIDENTE DE TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL.....	747
9.1.1	O conceito legal de acidente de trabalho.....	747
9.1.2	O acidente de trabalho e as lamentáveis estatísticas brasileiras.....	750
9.1.3	Acidentes de trabalho e as suas graves consequências jurídicas	752
9.1.4	Acidente de trabalho que não gera a morte do trabalhador e a reparação do dano patrimonial por ele sofrido.	755
9.1.5	Consequências jurídicas do acidente de trabalho com resultado morte	789
9.1.6	A idade limite para recebimento de pensão pelos filhos e o direito de acrescer dos beneficiários remanescentes	795

9.2	Alteração do contrato de trabalho e o princípio da inalterabilidade contratual unilateral lesiva ao empregado	797
9.3	TST - sistema de precedentes obrigatórios da justiça do trabalho – teses vinculantes.....	807

Capítulo X – O PROCESSO DO TRABALHO – FASE COGNITIVA –	
GUIA SINTÉTICO.....	899